



À MEMÓRIA DE JOSÉ ZAKAREWICZ

**EDITOR E DIRETOR**  
**LUIZ FERNANDO ZAKAREWICZ**

**Redator-chefe:** Julio G. de Oliveira Lima

**Responsável técnico:** João Martins S. Neto

**Redatora:** Denise Andrino de Roure

**Direção comercial:** Maria Helena Neiva

**Direção gráfica:** José Tenório P. de Brito – Sebastião Rodrigues Sobrinho

**Diagramação e arte-final:** Marcos A. Pereira – Charles A. R. Gomes

## ARTIGOS DOUTRINÁRIOS, PONTOS DE VISTA E PARECERES

Adeildo Nunes	José Alfredo de Oliveira Baracho
Adriana Goulart de Sena	José Augusto Rodrigues Pinto
Alice Monteiro de Barros	José Carlos Arouca
Annibal Fernandes	José Fernando Ehlers de Moura
Antônio Carlos Araújo de Oliveira	José Janguê Bezerra Diniz
Antônio Ferreira Álvares da Silva	José Luiz Prunes
Antonio José Miguel Feu Rosa	José Martins Catharino
Aramis de Souza Silveira	José Motta Maia
Arnaldo Sússek	José Soares Filho
Benedito Calheiros Bomfim	Julio Assumpção Malhadas
Carlos Alberto Reis de Paula	Júlio Bernardo do Carmo
Carlos Alberto Silveira Lenzi	Julio Cesar do Prado Leite
Cláudio Armando Couce de Menezes	Luiz Augusto da Silva
Décio de Oliveira Santos	Luiz Flávio Borges D'Urso
Domingos de Souza Nogueira Neto	Lupercínio de Sá Nogueira Filho
Edílton Meireles	Marcos Afonso de Souza
Edson de Arruda Camara	Marcos Juliano Borges de Azevedo
Estêvão Mallet	Margareth Galvão Carbinato
Euclides Alcides Rocha	Maria Inês M. S. Alves da Cunha
Francisco Solano de Godoy Magalhães	Maurício José Godinho Delgado
Georgenor de Sousa Franco Filho	Neomésio José de Souza
Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade	Octávio Bueno Magano
Gilmar Ferreira Mendes	Palhares Moreira Reis
Habib Tamer Elias Merhi Badião	Paulo Cardoso de Melo Silva
Hermes Afonso Tupinambá Neto	Paulo Emílio Ribeiro Vilhena
Ismar Estulano Garcia	Paulo Henrique Biasi
Izidoro Azevedo dos Santos	Paulo Ricardo Leite Stodieck
João Álvaro de Carvalho Sobrinho	Petrônio José Garcia Leão
João Antônio Gonçalves Neto	Reginald Felker
João Baptista Vilella	Ricardo Antônio Lucas Camargo
João Batista dos Santos	Roberto Davis
João Batista da Silva	Ronald Amorim e Souza
João da Costa Lisboa	Rosalvo Otacílio Torres
João Oreste Dalazen	Walter Douglas Stuber
	Washington Trindade

- As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.
- Proibida a reprodução parcial ou total de qualquer matéria deste informativo sem a expressa autorização do Editor.

Tiragem: 4.500 exemplares



**EDITORA CONSULEX**  
UMA EMPRESA DO GRUPO CTA

SUPERCENTER VENÂNCIO 2000 - SCS - QUADRA 8 - BL. B-50 - 2º ANDAR  
- CEP 70.333-900 - TEL.: (061) 226.1188 - 226.1378 - 226.1513 -  
226.1495 - CP 07.0518 - 11.1312 - FAX: (061) 226.3620 - 322.1336  
BRASÍLIA (DF)

### ASSINATURA E RENOVAÇÃO

DDG - DISCAGEM DIRETA GRÁTIS: (061) 800-610090

## SUMÁRIO

Benefícios e contribuição - novos valores	
Portaria nº 4.478/98 .....	671
Portaria nº 4.479/98 .....	670
CLT - prescrição de direitos - alteração	
Lei nº 9.658/98 .....	679
Congresso aprova emenda da reforma administrativa	
Emenda Constitucional nº 19/98 ....	675
FGTS - tabelas de acréscimos legais	
Edital nº 6/98 .....	692
IRPF - ganhos na alienação de imóvel rural	
Instrução Normativa nº 51/98 .....	671
MP altera normas para os planos de saúde	
Medida Provisória nº 1.665/98 .....	678
MTb dispõe sobre concessão de visto a estrangeiros	
Resolução Normativa nº 8/98 .....	669
Novas regras para os planos de saúde	
Lei nº 9.656/98 .....	683
Reforma agrária - aquisição de imóveis - alteração	
Decreto nº 2.614/98 .....	679
Súmulas do STJ	
Súmulas nºs 208, 209 e 210/98 ...	665

## PENAL

## Carteira de Habilitação

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

O Código de Trânsito preocupou-se com a habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico; os exames serão realizados junto ao órgão ou entidade executivos do estado ou do Distrito Federal.

Dentro as condições, o candidato deverá ser penalmente imputável, saber ler e escrever e possuir Carteira de Identidade ou equivalente. A habilitação obedece a cinco graduações, conforme a categoria do veículo a ser dirigido. A categoria C, por exemplo, própria para conduzir transporte de carga, requer do condutor estar habilitado, no mínimo, há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses. Reúnem-se condições de natureza penal e administrativa. A imputabilidade (capacidade para ser agente de infração penal), no Brasil, começa aos 18 anos de idade, a teor do disposto no art. 228 da Constituição da República (são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeito às normas da legislação especial). Explica-se. O legislador, a fim de reforçar a eficácia de sanções aos transgressores das regras do trânsito, quis resguardá-las com a pena criminal.

As infrações arroladas no Capítulo XV têm natureza administrativa, definidas em resoluções do CONTRAN, compreendendo quatro espécies: gravíssima, grave, média e leve. As penalidades reúnem sete espécies, variando conforme a gravidade da infração: advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da Carteira Nacional de Habilitação, cassação da permissão para dirigir a frequência obrigatória em curso de reciclagem.

Algumas infrações administrativas, por sua importância, também foram definidas como crime, de que é exemplo o disposto no art. 309 – dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: detenção, de seis meses a um ano, ou multa. Afetou a antiga contravenção penal do art. 32: dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas. A pena era de multa. Remanesce somente a parte final, relativa às águas públicas. Houve, pois, abrogação.

Substancialmente, quanto à conduta, os dispositivos são coincidentes. O Código de Trânsito menciona permissão para dirigir ou habilitação porque, hoje, a carta de Habilitação só é expedida após um ano da aprovação nos exames de habilitação; ao candidato bem-sucedido será conferida permissão para dirigir, com validade de um ano (art. 148, § 2º); a Carteira Nacional de Habilitação, por sua vez, outorgada ao condutor, no término desse tempo, desde que não cometida nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média (idem, § 3º).

Repete-se, pois, a determinação de somente poder dirigir veículo automotor, em via pública, a pessoa devidamente autorizada, o que é declarado com a expedição do título administrativo.

O confronto do art. 309 do Código de Trânsito com o art. 32 da Lei das Contravenções Penais evidencia, no primeiro, expressa referência ao resultado – “gerando perigo de dano”.

Sabe-se, o evento próprio das infrações penais é produzir modificação, no mundo exterior, acarretando dano (pode variar da lesão leve à destruição do objeto jurídico) ou perigo (probabilidade de dano).

O legislador perdeu oportunidade para dirimir, uma vez para sempre, polêmica doutrinária, com reflexo jurisprudencial, a respeito da natureza do perigo.

O perigo, sem dúvida, é caminho, passagem para o dano maior ou menor possibilidade ou probabilidade, pouco importa. Todavia, está no caminho que leva ao dano. A aproximação maior ou menor do prejuízo faz a distinção entre perigo abstrato e perigo concreto. O primeiro ocorre em tese (possibilidade), ao passo que o segundo configuração iminente de dano (probabilidade).

O Código de Trânsito, na capitulação dos crimes, refere-se a “dano potencial à incolumidade de outrem” por “pública ou privada”. Nos artigos 309 e 311 emprega a expressão “gerando perigo de dano”.

Dano potencial é factível, pode acontecer. Não é qualquer dano, mas o que tem a potencialidade, ou seja suscetível de realização. Evidente, a lei, salvo se o declarasse expressamente, notadamente a penal, só se refere ao evento concreto da conduta.

Os artigos 309 e 311, depois de descreverem a conduta delituosa, quanto ao resultado, registram: “gerando perigo de dano”.

O confronto com os dispositivos anteriores conduz à conclusão de, aqui, o perigo ser abstrato?

Invoquem-se os princípios da interpretação lógica; ou seja, coordenar o dispositivo legal com todos os que se articulam com ele.

O art. 162 do Código de Trânsito define ilícito administrativo “Dirigir veículo: I – sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir; II – com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir cassada ou com suspensão do direito de dirigir”.

Sabe-se, o ilícito penal não se confunde com o ilícito administrativo. Não faria sentido, a mesma conduta receber duas sanções, na mesma lei; por serem ações diferentes (embora próximas) reclamam tratamento diverso (a hipótese não se confunde com a pluralidade de consequência jurídica da mesma conduta).

O Direito Penal só se interessa por condutas que possam acarretar probabilidade de dano social, ainda que materializado em uma pessoa.

A sanção administrativa tem por escopo resguardar a autoridade do Estado para ser cumprido o seu ordenamento, que visa a ser regra de convivência.

A sanção penal, por seu turno, outro destino, não obstante, com aquela, formar unidade jurídica; visa, isso sim, à proteção específica de objetos jurídicos realçados dentre os bens jurídicos em geral. E a disciplina não é uniforme. Varia consoante e relevância do bem protegido, considerando ainda as circunstâncias.

Coloquem-se em confronto mais uma vez o art. 306, 308 e 309.

No art. 306, o resultado se volta para a incolumidade de outrem, ou seja, pessoa determinada. O art. 308 diz respeito também à incolumidade, todavia, “pública ou privada”. Nas hipóteses, os eventos posicionam-se em relação ao gênero/espécie. No art. 308, o dano potencial pode ter como objeto coisas ou pessoas indeterminados. No art. 306, pessoa determinada (embora o artigo empregue o vocábulo “incolumidade”, qualifica-o com a referência “de outrem”). Sem dúvida, a extensão normativa é diferente. E mais, relativa a pessoa. Isso explica a sanção mais rigorosa cominada no art. 306. Aqui, a detenção, no máximo, é de três anos, ao passo que, no art. 308, o teto não passa de dois anos.

Há um dado de nível constitucional que não pode ser olvidado.

## PENAL

O princípio *nullum crimen sine lege*, hoje, não se restringe ao aspecto cronológico como se deu à época de seu lançamento. Visa também a delimitar a conduta delituosa. Todavia, como enunciou Carrara, “o crime é fato politicamente danoso”.

Em sendo assim, lógico, todo perigo, para ser penalmente relevante, deve ameaçar a integridade do bem juridicamente tutelado. Não se pune, penalmente, dano hipotético.

Dessa forma, por força da teoria geral do delito, só há crime com resultado de dano, ou perigo concreto.

Não se pode confundir o bem jurídico com o objeto

material do crime.

O perigo e o dano são relativos ao bem jurídico.

O objeto material é importante porque relevante e axiologicamente evidencia escala de valores.

A proteção do patrimônio é menos significativa do que a proteção ao homem. Daí a diferença do rigor da sanção.

---

**LUIZ VICENTE CERNICCHIARO** é Ministro do Superior Tribunal de Justiça e professor titular da Universidade de Brasília.